



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

264.

02

3ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível nº. 0296633-4 - Vara da Fazenda Pública de Ipojuca

Apelante: Departamento de Estrada e Rodagem do Estado de Pernambuco - DER

Procurador: Demócrito Almeida de Queiroz Gomes

Apelado: Helena Maria de Souza

Advogado: Leonardo Azevedo Saraiva PE024034

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

**EMENTA: ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. MESMA FORMA DE CÁLCULO DO LAUDO ACOSTADO PELO PERITO DO JUÍZO. INDENIZAÇÃO JUSTA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PREVISTOS NO DECRETO LEI Nº 3.365/1941. JUROS COMPENSATÓRIOS e BASE EDE CÁLCULO. SENTENÇA DE PISO PARCIALMENTE MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME.**

1. "o Decreto Estadual nº 32.530, de 24 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial do Estado, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel descrito na exordial, com as benfeitorias existentes, pertencendo o domínio útil do mesmo".
2. Também constam no referido decreto a motivação e a fonte do valor a ser indenizado.
3. Portanto, o DER-PE, expropriante, ao expedir o referido decreto, agiu dentro dos limites que a lei de desapropriação exige.
4. O embate jurídico se dá no valor da indenização, para o DER-PE o valor estipulado na sentença foi exagerado, para a parte expropriada, foi ínfima.
5. O apelante defende a "justa indenização", mas não traz à apelação nenhuma fundamentação nova ou prova de que o valor apurado pelo juízo é ínfimo. Portanto, o valor indenizatório deve ser mantido em R\$359.999,32 (trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos. Nessa linha, foi editada a Súmula 408/STJ, de seguinte teor: "nas ações de desapropriação, os juros compensatórios incidentes após a Medida Provisória n. 1.577, de 11/06/1997, devem ser fixados em 6% ao ano até 13/09/2001 e, a partir de então, em 12% ao ano, na forma da Súmula n. 618 do Supremo Tribunal Federal" (DJe 24/11/2009).
6. No caso dos autos, a ocupação do imóvel se deu em data bem posterior - 01/09/2009 - à entrada em vigor da MP 1.577/1997 (publicada em 11.6.1997), razão porque devem incidir os juros na razão de 12% ao ano.
7. Quanto a base de cálculo, tem-se que após 13.9.2001 os compensatórios deverão ser calculados sobre a diferença entre 80% (oitenta por cento) do valor ofertado e o valor do bem estabelecido na sentença.
8. O apelante/expropriante se insurgem contra os honorários advocatícios que foram fixados em 5% (cinco por cento) da diferença entre o que foi fixado e o que foi oferecido. Tem-se que a própria lei limita os parâmetros referentes aos honorários. É o caso dos presentes autos, motivo pelo qual se deve manter o percentual estipulado na sentença, tendo em vista a aferição do juízo de piso que fundamentou seu entendimento segundo os ditames do §4º, art.20 do CPC.
9. É o caso dos presentes autos, motivo pelo qual se deve manter o percentual estipulado na sentença.
10. Apelação do DER-PE desprovida. Recurso Adesivo da expropriada parcialmente provida. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em Recurso de Apelação e Recurso Adesivo, em que figuram, como apelante no recurso principal o Departamento de Estrada e Rodagem do Estado de Pernambuco -DER/PE e como Apelada Helena Maria de Souza,



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

265

02

A C O R D A M os Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público, por unanimidade, em negar provimento ao Recurso Principal, bem como dar parcial provimento ao Recurso Adesivo, nos termos do voto e das notas taquigráficas em anexo, as quais ficam fazendo parte integrante deste.

Recife, 29 de Maio de 2014.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

259

02

**3ª Câmara de Direito Público**

**Apelação Cível nº. 0296633-4 - Vara da Fazenda Pública de Ipojuca**

**Apelante: Departamento de Estrada e Rodagem do Estado de Pernambuco - DER**

**Procurador: Demócrito Almeida de Queiroz Gomes**

**Apelado: Helena Maria de Souza**

**Advogado: Leonardo Azevedo Saraiva PE024034**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Apelações Cíveis interpostas por ambas as partes, quais sejam: a primeira por Departamento de Estrada e Rodagem do Estado de Pernambuco - DER e, a segunda, através de Recurso Adesivo, por Helena Maria de Souza contra sentença de primeiro grau (fls. 202/203) proferida ao cabo da ação de desapropriação para fins de utilidade pública com pedido de liminar de imissão de posse (Processo nº. 0001199-41.2009.8.17.0730) proposta pelo Departamento de Estrada e Rodagem do Estado de Pernambuco - DER, contra Helena Maria de Souza.

O objeto da desapropriação está descrito no Decreto Estadual nº 32.530 - , localizado no trecho do Entroncamento PE - 009 - Porto de Galinhas/Entrocamento Vicinal de Serrambi, Município de Ipojuca, neste Estado. Avaliado em R\$ 174.243,40 (cento e setenta e quatro mil e duzentos e quarenta e três reais)

Documentos acostados à inicial (fls. 05-23).

Às fls. 25, o Magistrado de piso, Dr. Haroldo Carneiro Leão Sobrinho, ao tempo em que deferiu a pretensão inaugural de imissão de posse, concedendo prazo de 10 (dez) dias para a desocupação voluntária.

Contestação apresentada às fls. 32/35 requerendo a realização de perícia para a avaliação do imóvel. Afirmam que o valor ofertado (R\$ 174.243,40 - cento e setenta e quatro mil e duzentos e quarenta e três reais) não condiz com a realidade da localização do imóvel, estando fora dos padrões fixados pelo mercado.

Laudo pericial apresentado pelo profissional nomeado pelo juízo (fls. 101/139) avaliando o imóvel descrito no decreto expropriatório, estimando o valor de mercado para a área da seguinte forma:

- Área desapropriada: R\$ 225.453,21 (duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e um centavos);
- Cerca de madeira: R\$ 67.212,90 (sessenta e sete mil, duzentos e doze reais e noventa centavos);
- Edificação de Alvenaria: R\$ 23.201,50 (vinte três mil, duzentos e um reais e cinquenta centavos);
- Benfeitorias Agrícolas: R\$ 44.131,71 (quarenta e quatro mil, cento e trinta e um reais e setenta e um centavos)

Às fls., 144/157 a expropriada juntou parecer técnico assinado pelo Engenheiro Civil Sylvio Romero Gouveia Cavalcanti (CREA 5109 D/PE) com uma avaliação da área desapropriada totalizando R\$1.228.656,45 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

Às fls. 162/176, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER/PE apresenta novo laudo técnico tomando por base as considerações do perito oficial. Apontou como valor da área em litígio a quantia de R\$ 211.478,44 (duzentos e onze mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quatro centavos).

Cota do Ministério Público, às fls. 181 pela ausência de interesse no litígio.



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

Em seguida, o DER/PE às fls. 194 vem impugnar novamente o esclarecimento do perito de fls. 186/189.

Em seguida, às fls. 202/203 o juízo de piso passou a proferir a sentença, tomando contornos decisórios abaixo transcritos:

*"Posto isso julgo parcialmente procedente o pedido formulado na inicial para declarar desapropriados os imóveis descritos na inicial, fixando como sendo justo o valor de R\$359.999,32, apurado em março de 2011, incidindo, a partir de então, correção monetária (Súmula 67 do STJ). Os juros compensatórios, devidos em razão da perda antecipada da posse, serão de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor da diferença apurada entre a oferta e o valor arbitrado, a contar da imissão na posse (01 de Setembro de 2009), vedado o cálculo de juros compostos (Súmula 12, 69 e 141 do STJ), que incidirão até a data da expedição do precatório. Os juros moratórios que se destinam a recompor a perda decorrente do atraso no efetivo pagamento da indenização fiada na decisão final de mérito são devidos à razão de 6% (seis por cento) ao ano, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos art. 100 da Constituição (art.15-B, do DL 3.365/41).*

*Condeno o DER no pagamento das despesas processuais e nos honorários advocatícios que arbitro, observada a diligência do profissional durante todo o processo, em 5% sobre o valor da diferença, incluídas as parcelas relativas aos juros compensatórios e moratórios, devidamente corrigida (art.27, §1º do DL 3.365/41 c.c Súmula 131 do STJ)".*

Irresignados com o desfecho alcançado, o DER/PE interpôs recurso de apelação cível (fls. 206/216) arguindo, em síntese, que a sentença deve ser modificada em razão do valor a ser indenizado, tendo em vista que o valor arbitrado estaria em desacordo com o mercado imobiliário.

Em seguida, requer que o pagamento das custas processuais seja excluído da condenação, haja vista a vedação legal.

Por fim, requereu a redução do percentual aplicado aos honorários advocatícios.

Contrarrrazões apresentadas às fls. 222/227 requerendo o desprovimento da apelação interposta, mantendo-se a sentença de primeiro grau intacta.

Às fls. 230/236, a expropriada Helena Maria de Souza oferta Recurso Adesivo apenas para atacar o valor fixado na indenização quanto aos juros compensatórios, pugnando pela reforma da sentença para que os juros sejam fixados no percentual de 12% ao ano.

Neste 2º grau, a Procuradoria de Justiça se manifesta no sentido de declarar a ausência de interesse público que justificasse a intervenção daquele Parquet.

Sem contrarrrazões da parte DER/PE, conforme certidão de fls. 256.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 05 de fevereiro de 2014.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

266

02

**3ª Câmara de Direito Público**  
**Apelação Cível nº. 0296633-4 - Vara da Fazenda Pública de Ipojuca**  
**Apelante: Departamento de Estrada e Rodagem do Estado de Pernambuco - DER**  
**Procurador: Demócrito Almeida de Queiroz Gomes**  
**Apelado: Helena Maria de Souza**  
**Advogado: Leonardo Azevedo Saraiva PE024034**  
**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**

**VOTO**

A questão central emoldurada na exordial da presente ação ordinária diz respeito à possibilidade de a Administração Pública, valendo-se de sua condição, desapropriar um imóvel sem observar o direito individual do cidadão.

Sabemos que os princípios que norteiam a administração pública são taxativos no sentido de conferir importância maior ao direito público do que ao privado. Por ser condição de existência da própria convivência social.

É fato que a situação *sub judice* apresenta grande complexidade em virtude do cunho social que envolve, tratando-se de construção e pavimentação da Rodovia PE-051, trecho Entrocamento PE - 009/Entrocamento Vicinal de Serrambi.

Mesmo assim, não se pode olvidar os limites dentro dos quais a lide foi proposta. A ré/expropriada visa ao recebimento de uma indenização justa pela desapropriação indireta de seu imóvel e, do outro lado, o Estado, através do DER-PE que oferece a título de indenização a quantia de R\$ 211.478,44 (duzentos e onze mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Reza o art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal:

"A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição."

Neste sentido, o Decreto Estadual nº 32.530, de 24 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial do Estado, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel descrito na exordial, com as benfeitorias existentes, pertencendo o domínio útil do mesmo.

Também constam no referido decreto a motivação e a fonte do valor a ser indenizado.

Portanto, o DER-PE, expropriante, ao expedir o referido decreto, agiu dentro dos limites que a lei de desapropriação exige.

Frise-se que a parte adversa não se insurge contra a desapropriação, pelo contrário, concorda com a destinação do imóvel. Faz apenas ressalva quanto ao valor da indenização ofertada.

Destarte, o embate jurídico se dá no valor da indenização, para o DER-PE o valor estipulado na sentença foi exagerado, para a parte expropriada, foi ínfima.

Passo, agora, à análise do *quantum* indenizatório.

Conforme relatado, a magistrada de piso fixou, com base no laudo emitido pelo perito judicial, em R\$359.999,32 (trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos) a indenização pela desapropriação.

Pois bem. Como ambos os litigantes atacaram o laudo oficial, passo a compará-lo ante os laudos apresentados pelas próprias partes.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

02

Diante da complexidade de que se constituiu o laudo pericial, afigura-se improdutivo questionar todas suas assertivas. Convém, ao invés, eleger alguns pontos de maior relevo para compará-los com os laudos particulares.

Feito esse apanhado geral da matéria, parece oportuno destrinchar mais aprofundadamente os aspectos práticos evitando àqueles que propiciam à prova "técnica" a fixação de valores sejam elevados/reduzidos.

Compulsando os autos, em especial o laudo pericial de fls. 101/139, verifico a robustez do referido laudo quando adota como avaliação o "Método Comparativo Direto de mercado, de acordo com a norma ABNT NBR 14.653-2".

Assim entende o jurista Kiyoshi Harada<sup>1</sup>, conforme pequena transcrição do seu livro que se encaixa ao caso.

"Na avaliação de terrenos loteados, normalmente, o método empregado é o comparativo, levando-se em conta os três fatores básicos: a área, a profundidade e a testada. Basicamente, consiste na pesquisa de preços com menos de dois anos em relação à data da avaliação, referentes a imóveis da mesma região geoeconômica, de idêntica zona e uso e ocupação do solo e do mesmo setor fiscal. Preço proveniente de oferta deverá sofrer redução de 10% para atender à natural elasticidade do mercado, ao passo que os preços a prazo devem ser transformados em preços a vista, mediante descontos com o auxílio da Tabela Price. A somatória dos diferentes preços levantados e sua divisão pelo número de elementos pesquisados resultarão em um valor médio. Descartam-se os elementos que se situarem 30% abaixo ou acima dessa média. Extrair-se-á nova média com os elementos remanescentes resultando na chamada média aritmética saneada, ou seja, o valor unitário médio que servirá de paradigma para avaliação."

Portanto, comparando com o laudo apresentado pelo expropriante, vê-se que este também utilizou os parâmetros da norma NBR 14.653 da ABNT, porém, pecou ao não detalhar as suas fontes, como vez o perito judicial em seu laudo.

Estas foram as fontes apresentadas no Laudo Pericial Judicial (fl. 102);

**2.0 fontes**

- 2.1 Vistoria realizada no imóvel e Região;
- 2.2 Revista Construção mercado nº112 – Editora PINI – Novembro/2010;
- 2.3 Autos do processo nº 0001199-41.2009.8.17.0730 da 1ª Vara da Fazenda Pública e Marítima da Comarca de Ipojuca;
- 2.4 Publicações Especializadas em Engenharia de Avaliação;
- 2.5 Material Fotográfico coletado na ocasião da Perícia;
- 2.6 IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias de Engenharia;
- 2.7 Norma ABNT-NBR 14653
- 2.8 Tabela da FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco).

Já o laudo oferecido pelo particular/expropriado além de não ter apresentado as suas fontes de pesquisa (vistoria no imóvel, normas técnicas, publicações especializadas em engenharia de avaliação, pesquisa de mercado, autos do referido processo e material fotográfico), deixou de aplicar a redução proposta por Kiyoshi Harada além de, não demonstrar que os imóveis utilizados como parâmetro de pesquisa de mercado, são "da mesma região geoeconômica, de idêntica zona e uso e ocupação do solo e do mesmo setor fiscal.

No mais, o apelante defende a "justa indenização", mas não traz à apelação nenhuma fundamentação nova ou prova de que o valor apurado pelo juízo é ínfimo.

<sup>1</sup> Harada, Kiyoshi. Desapropriação doutrina e prática. São Paulo: Atlas, 4ª Edição, 2002, p.122.



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

267

02

Portanto, o valor indenizatório deve ser mantido em R\$359.999,32 (trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos).

Passo agora, analisar a aplicação dos juros e base de cálculo, aplicados à espécie.

Segundo a jurisprudência assentada no STJ, a Medida Provisória 1.577/97, que reduziu a taxa dos juros compensatórios em desapropriação de 12% para 6% ao ano, é aplicável no período compreendido entre 11.06.1997, quando foi editada, até 13.09.2001, quando foi publicada a decisão liminar do STF na ADIn 2.332/DF, suspendendo a eficácia da expressão 'de até seis por cento ao ano', do caput do art. 15-A do Decreto-lei 3.365/41, introduzida pela referida MP. Nos demais períodos, a taxa dos juros compensatórios é de 12% (doze por cento) ao ano, como prevê a súmula 618/STF" (REsp 1.111.829/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 25.05.09, submetido ao regime dos recursos repetitivos do artigo 543-C do CPC e da Resolução STJ nº 08/2008).

Nessa linha, foi editada a Súmula 408/STJ, de seguinte teor: "nas ações de desapropriação, os juros compensatórios incidentes após a Medida Provisória n. 1.577, de 11/06/1997, devem ser fixados em 6% ao ano até 13/09/2001 e, a partir de então, em 12% ao ano, na forma da Súmula n. 618 do Supremo Tribunal Federal" (DJe 24/11/2009).

No caso dos autos, a ocupação do imóvel se deu em data bem posterior - 01/09/2009 - à entrada em vigor da MP 1.577/1997 (publicada em 11.6.1997), razão porque devem incidir os juros na razão de 12% ao ano.

Ainda neste sentido, não há qualquer impedimento quanto à cumulação de juros compensatórios e moratórios, conforme entendimento abaixo;

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. BASE DE CÁLCULO. SÚMULA 102/STJ.**

1. Orientou-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Súmulas 12 e 102/STJ) no sentido de que "os juros moratórios podem incidir sobre os juros compensatórios, não consistindo anatocismo vedado em lei" (REsp 766.495/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJ 13.8.2007).

2. Ademais, na atual sistemática constitucional, os juros moratórios não recaíam sobre os compensatórios. Isso porque estes últimos são calculados tão só até a expedição do precatório original, e os primeiros, somente após esgotamento do prazo para pagamento do requisitório. Precedente do STJ em repetitivo.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no Ag 1402314/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/02/2012, DJe 24/02/2012)

À luz do princípio do *tempus regit actum*, durante a vigência da MP 1.577/97, ou seja, até a data do deferimento, em sede cautelar, da ADI 2.332/DF (13/09/2001), os juros compensatórios deverão ser calculados sobre a diferença entre o valor total da oferta inicial e a condenação.

**Contudo, somente após 13.9.2001 é que os compensatórios deverão ser calculados sobre a diferença entre 80% (oitenta por cento) do valor ofertado e o valor do bem estabelecido na sentença.**

Para que não remanesça qualquer dúvida quanto ao que decidido pelo c. STF na ADIN-MC 2332 no tocante à base de cálculo dos juros compensatórios, convém transcrever *in totum* o voto condutor do aresto no ponto. *Verbis*:

"No tocante à base de cálculo dos juros compensatórios passar a ser a diferença do preço ofertado em juízo e o valor fixado na sentença, é de ver-se que do preço ofertado em juízo o expropriado só pode levantar de imediato 80% dele, ficando depositados, sem a possibilidade de levantamento imediato, os demais 20%, e como os juros compensatórios remuneram o capital que o expropriado deixou de receber desde a perda da posse, para que a parte final do caput desse artigo 15-A não fira o princípio constitucional do prévio e justo preço, deve-se dar a ela, para



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

exame de pedido de concessão de liminar, interpretação conforme à Constituição, para se ter como constitucional o entendimento de que essa base de cálculo será a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença." (g.n.)

Em recentes julgados, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça também se pronunciou em relação à **base de cálculo dos juros compensatórios**:

"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. JUROS COMPENSATÓRIOS. BASE DE CÁLCULO. OMISSÃO. TEMPUS REGIT ACTUM. OBSERVÂNCIA.

1. Em suas razões de recorrente especial, o INCRA formula tese de aplicação do princípio do tempus regit actum, no sentido de que, no período de vigência da Medida Provisória nº 1.577/97 até 2001, a base de cálculo para incidência dos juros compensatórios seria a diferença eventualmente apurada entre o preço ofertado em juízo e o valor da condenação. Entendo assistir razão ao INCRA.

2. O enunciado sumular n. 408/STJ, assim preceitua: Nas ações de desapropriação, os juros compensatórios incidentes após a Medida Provisória n. 1.577, de 11/6/1997, devem ser fixados em 6% ao ano até 13/09/2001, e, a partir de então, em 12% ao ano, na forma da súmula n. 618 do Supremo Tribunal Federal.

3. Analisando, portanto, as disposições do referido enunciado sumular, tem-se o seguinte, quanto à base de cálculo: Antes da Medida Provisória 1.577 de 11.6.1997: base de cálculo corresponderia ao valor da indenização fixada em sentença, tendo como termo a quo a imissão provisória da posse do imóvel.

Após 11.6.1997, a MP 1.577 acrescenta o art. 15-A no Decreto-lei 3.365/41, em que a base de cálculo corresponderia ao valor ofertado pela Administração menos o valor fixado judicialmente pelo comando sentencial.

**A partir de 13.9.2001, considerando a liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.332 que declarou inconstitucional o art. 15-A do Decreto-lei, suspendendo-se a expressão "até 6%" (interpretação conforme a Constituição), a base de cálculo para incidência dos juros compensatórios deve ser a diferença entre os 80% do valor ofertado e o valor fixado na sentença.**

4. Portanto, no período compreendido entre a Medida Provisória 1.577/97 e a decisão liminar proferida na ADIn 2.332/2001, a base de cálculo para incidência dos juros compensatórios deverá corresponder ao valor ofertado pela Administração, menos o valor fixado pela sentença, em observância ao princípio do tempus regit actum.

5. Embargos de declaração acolhidos, para esclarecer que no período compreendido entre a Medida Provisória 1.577/97 e a decisão liminar proferida na ADIn 2.332/2001, a base de cálculo para incidência dos juros compensatórios deverá corresponder ao valor ofertado pela Administração, menos o valor fixado pela sentença.

(EDcl no REsp 1215458/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/11/2011, DJe 11/11/2011) (g.n.)"

Por outro lado, o apelante/expropriante também se insurgem contra os honorários advocatícios que foram fixados em 5% (cinco por cento) da diferença entre o que foi fixado e o que foi oferecido.





PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

268

02

Nesta linha de pensamento, requer a redução dos honorários para o patamar, ao que entende justo.

O §3º do art.20 do CPC, enumera os requisitos a serem atendidos pelo magistrado ao definir o percentual da verba honorária. Cabe ao julgador auferir o zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o serviço.

Nesta mesma linha de raciocínio, a desapropriação é regida pelo Decreto-Lei nº 3.365/1941, a qual, o seu artigo 27 trata da fixação de honorários advocatícios que assim dispõe:

*"Art. 27. O juiz indicará na sentença os fatos que motivaram o seu convencimento e deverá atender, especialmente, à estimação dos bens para efeitos fiscais; ao preço de aquisição e interesse que deles auferir o proprietário; à sua situação, estado de conservação e segurança; ao valor venal dos da mesma espécie, nos últimos cinco anos, e à valorização ou depreciação de área remanescente, pertencente ao réu.*

*§1º A sentença que fixar o valor da indenização quando este for superior ao preço oferecido condenará o desapropriante a pagar honorários do advogado, que **serão fixados entre meio e cinco por cento do valor da diferença**, observado o disposto no §4º do art. 20 do Código de Processo Civil, não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)". (Destaque nosso)*

Tem-se que a própria lei limita os parâmetros referentes aos honorários.

É o caso dos presentes autos, motivo pelo qual se deve manter o percentual estipulado na sentença, tendo em vista a aferição do juízo de piso que fundamentou seu entendimento segundo os ditames do §4º, art.20 do CPC.

Diante do exposto, meu voto, em suma, é pelo não provimento da apelação interposta pelo DER-PE, bem como pelo parcial provimento do recurso adesivo interposto pela expropriada, no tocante ao percentual dos juros compensatórios e base de cálculo aplicada. Majorando a taxa de juros para 12% ao ano e considerando a base de cálculo dos juros compensatórios a diferença apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e do valor do bem fixado na sentença. Mantendo-se a sentença atacada em todos os seus demais termos e fundamentos jurídicos.

É como voto.

  
Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo  
Relator



0001199-41.2009.8.17.0730(296633-4) Ap

+	-----	+
	TJPE	
	FLS.	
	260	
+	-----	+

## CONCLUSÃO

*Nesta data, faço estes autos conclusos  
ao Desembargador Antenor Cardoso  
Soares Junior, para revisão.*

*Recife, 6 de fevereiro de 2014.*

*Diretoria Cível*

Revisitos, peço pauta

Recife, 11/04/14

Des Antenor Soares  
Revisor